Começo, Meio e Fim

A CPI do Orçamento não é a solução final, mas apenas o começo — segundo o senador Pedro Simon (PMDB-RS), que fez o grande discurso político do final de ano. O líder do governo no Senado proclamou a responsabilidade dos políticos pela falta de iniciativa em antecipar-se às suspeitas que envolviam há anos a Comissão de Orçamento do Congresso, mas é insuficiente. Falta muito para a opinião pública aceitar o que se passou, sem a demonstração de que não se repetirá mais.

“O Brasil está esperando a resposta” da representação política, mas na forma superior de um padrão parlamentar regenerado. É nesse sentido que a CPI representa o marco de um longo caminho a ser percorrido.

A responsabilidade pelo escândalo que roeu as entranhas do Orçamento, por tantos anos seguidos, não se esgota na displicência com que os políticos fizeram questão de ignorar os sinais exteriores da máfia que operou à vontade recursos públicos. O atuante espírito corporativista protegeu a suspeita geral até a prisão do assessor-mor do Orçamento por envolvimento na morte da sua mulher. Foram a confissão e a denúncia do esquema de corrupção na definição, aprovação e liberação das verbas que fizeram — de fora para dentro — a CPI. Ninguém pressentiu o que os depoimentos revelaram. Mas isso não serve de escudo para o Congresso que preferiu não reparar no escândalo do qual ainda não se refaz.

“O senador Pedro Simon, em tom de *mea culpa* institucional, assume a culpa política da omissão coletiva: o Congresso não foi capaz de evitar o assalto dos anões organiza-

dos, nem detetou em tempo a operação e, em consequência, foi o último a se movimentar. “Vimos os fatos crescerem e se avolumarem.” Se tudo aquilo aconteceu — reconhece o senador pelo Rio Grande — foi porque, pela ação ou omissão, participamos. E concluiu: se alguém comete um ilícito, e eu fico quieto, sou co-responsável. Mas não é o suficiente para absolver os políticos.

O orador cresceu quando passou da contrição à exortação ao próprio Congresso para recuperar a confiabilidade política. Cobrou “mudança de comportamento” e novos métodos de lidar com o interesse público. Uma nova divisão de responsabilidades entre o Executivo e o Legislativo, para a elaboração e aprovação do Orçamento da União, é preliminar da recuperação proposta: acabar com a comissão de rapina e propina, mas sem voltar à mímica imposta pelo autoritarismo a deputados e senadores, para efeito ornamental. Simon lembra que no Congresso há quem defenda os municípios e não falta quem assuma os interesses dos estados. Há defensores para tudo, menos para a nação, o patrimônio público, o Tesouro.

A conclusão é correta: por que teria o cidadão de sustentar sozinho o espírito público, se a sociedade, em seu conjunto, não mostra disposição para situar o interesse público acima do interesse de cada um? A necessidade de mudança no comportamento do Congresso (e, por extensão, dos partidos e dos próprios políticos) se impõe. O orador arre-mata: a opinião pública “está esperando a conclusão”. E garante - “nós vamos mudar”. A necessidade recomenda começar, de cima para baixo, a mudança de hábitos políticos.